



Ata da 15ª (Décima Quinta) reunião ordinária do CONPATRI – Conselho Consultivo e Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural do Município de Itabirito. Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de 2022 (dois mil e vinte dois), às 14:00 horas (quatorze horas), realizada na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, localizada à Rua do Rosário nº 67 – Bairro Boa Viagem, os conselheiros foram convocados por meio eletrônico. A reunião aconteceu em primeira convocação, atingindo o quorum conforme Regimento Interno do Conselho, contando com a presença da Presidente do Conselho, **Junia Guimarães Melillo**, a Secretária **Joice Giulia Silva dos Santos**, **Alessandra Flávia da Silva Baêta**, representando a Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, como membro efetivo, **Maria Eduarda de Moraes Lana**, representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, como membro suplente, **Filipe Nolasco Pedrosa** representando o Coral Canarinhos de Itabirito, como membro suplente, **Paulo Rodrigues dos Santos** representando a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, como membro efetivo, **Luisa Toledo Sardinha**, representando a ACE, como membro efetivo. Também participaram da reunião o Secretário de Obras **Geraldo Magela Torres**, **Daniele Mônica Lima**, Fiscal de Posturas, **Breno Dias Coelho**, Historiador, e demais representantes da Secretaria Municipal de Obras e Segurança e Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito. **Pauta: INFORMES:** Aprovação da ata nº 302; **DMP: Aprovação do Plano de Aplicação do FUMPAC; Realização do Festival Gastronômico. DELIBERAÇÕES:** DMP– Denúncia na Ouvidoria do IPHAN sobre as obras emergenciais na Igreja do Rosário - Denúncia referente à execução de vigas de concreto, utilização de argamassa de cimento e recomposição de paredes com blocos de concreto na Igreja Nossa Senhora do Rosário (processo 72020.001934/2022-55); **Protocolo 6435/2022 – Monteminas Minérios Ltda** – Solicita que seja encaminhado ao CONPATRI, A/C Senhora Júnia Guimarães Melillo, o cumprimento de condicionante nº01. **Protocolo 10910/2022 – Vilma Ferreira da Cunha** – Defesa de notificação e apresentação do projeto de obra irregular. **Protocolo 10653 – 2022 – Miguel Ângelo Fiorillo** – Solicita que seja encaminhado ao Gabinete abaixo assinado dos moradores do Beco das Mercês, Bairro Matozinhos. **Protocolo 9244/2022 – João Bosco Lima de Carvalho Souza** – Isenção de IPTU do imóvel à Rua Sete de Setembro nº100 – Boa Viagem. **Protocolo 8990/2022 – Glauco Alexander Pereira Faria** – Solicita parecer para emissão de alvará de localização e funcionamento. **Protocolo 11785/2022 - Paulo Henrique de Almeida** – O requerente deixa anexo a notificação 015/2022 – obra irregular – Defesa de notificação, cópia da escritura. **Ofício – Célio dos Santos** – O conselheiro requer informações detalhadas sobre o projeto das obras da segunda fase da Avenida José Farid Rhame e reitera o pedido constante da data de 10 de outubro de 2021, protocolado em 15/10/2021. **Raquel Patente Araújo – Email Ouvidoria** – O requerente deixa pedido via ouvidoria. A Presidente saudou a todos e informou que são poucos assuntos a serem tratados, porém será necessária a presença do conselheiro Célio, para que seja deliberado o



assunto da avenida, uma vez que o conselheiro pediu vistas no projeto na reunião passada e postou uma carta aberta no jornal local acerca do assunto, solicitando que gostaria de ver os projetos mais detalhados. Assim a espera pelo conselheiro também seria interessante para que o Secretário Municipal de Obras e Serviços também pudesse chegar e fornecer ao conselheiro toda documentação, ou sanar eventuais dúvidas. A Conselheira Luiza, da ACE, perguntou se o projeto da Avenida estava parado somente aguardando o posicionamento do Conselho. Joice explicou que os questionamentos do conselheiro Célio iam de encontro à permanência dos trilhos, e ao possível retorno da ferrovia. Continuou explicando que com a avenida será mantido os trilhos, que serão faceados com o calçamento em pé de moleque semelhante ao que está instalado na Praça Dr. Guilherme, mas o que o conselheiro Célio coloca é sobre o retorno da ferrovia. A Presidente Junia explicou que o conselheiro Célio está se baseando em um projeto estadual que é algo hipotético, que pode demorar décadas e pode inclusive não acontecer. Que em particular ela é a favor da recuperação de todas as ferrovias, porém, como no caso de Itabirito não se tem mais a malha férrea, exceto no trecho da Praça da Estação, porque todo o resto foi retirado, então caso isso mesmo seja reativado seria o caso de recolocar tudo de novo. Joice complementou que além de recolocar teriam que trocar o tipo de trilho para se adequar a nova proposta. Luisa manifestou dizendo que se fosse para uso de Maria fumaça conforme outros municípios, mas se for para passar minério de ferro novamente, acha que nem as empresas gostariam disso. Joice manifestou que a intenção é turística. Prosseguindo falou sobre a ata nº 302 que foi corrigida e enviada para aprovação, perguntou se haveria alguma dúvida, e como não havia a ata foi aprovada. O próximo assunto tratou da realização do **Festival Gastronômico**, como procedimento sempre repassado ao conselho, como todo evento realizado na Praça da Estação, será realizado nos dias 10 e 11 de setembro de 2022 e a edição deste ano contará com Palco Show que ficará posicionado no espaço onde ficou o palco do evento Feira do Livro. Contará com fogão a lenha e será fabricado no local, e que já havia solicitado à equipe que quando fosse produzir o barro para o fogão que o chão fosse forrado, para evitar manchas no piso. O evento contará com uso do Salão dos Ferroviários, no estacionamento terá palco para atrações, mais as barrquinhas e serão realizados mais alguns fechamentos por segurança, pois já iniciaram a retirada de material para que os trilhos fiquem aparentes. A Presidente Junia aproveitou para reforçar o convite para a participação de todos. O próximo assunto tratou sobre a **aprovação do FUMPAC 2022**. Joice explicou que usaria a metodologia que já vinha aplicando nos outros anos de reavaliação do plano do ano anterior e a medida que avançassem na análise poderiam ir propondo as modificações ou novas proposições ao final. Continuou explicando sobre as cores e a divisão da planilha, onde as colunas na cor cinza claro, seriam os investimentos que acontecem anualmente, as colunas na cor branca, os itens em andamento ou aguardando aprovação ou atualização, e o cinza escuro os investimentos solicitados no ano vigente. Prosseguindo Joice apresentou o



plano de 2022 sendo os cinco primeiros itens que competem às subvenções, onde a Presidente Junia informou que foi solicitado um reajuste dos valores destinados para os bens imateriais registrados. Filipe Nolasco, representante dos Canarinhos, manifestou que esse pedido já vigorou e que os valores já podiam ser ajustados. Joice explicou que outra mudança na proposta se refere à descrição utilizada como justificativa para cada item, que melhorou o texto deixando mais completo e elaborado. Joice prosseguiu falando sobre a alteração do item 6 da planilha, onde consta a Confederação Católica dos Trabalhadores de Itabirito, que inclusive envolve o Ministério Público com a questão de propriedade, pois no início, para transformar em albergue, era uma parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Sociedade São Vicente de Paula, durante um determinado prazo. Enquanto estava com a Assistência Social tinha-se o cunho de fazer a preservação do bem, na época tinha dado o valor de R\$201.589,36 (duzentos e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos), mas ficou ainda neste trâmite entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e a Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, sendo assim, seria necessário trocar o termo “em andamento” para “aguardando autorização”, pois depende da Assistência Social entender se é para ser realizado ou não. A Presidente perguntou se o imóvel é da Assistência Social ou da Sociedade São Vicente de Paula. Joice explicou que quando foi feito o Albergue a Prefeitura realizou a parceria e entrou com a parte de reforma e adaptação para receber o albergue, mas que era uma parceira com tempo determinado e que agora não existe mais a parceria e enquanto não se resolve o impasse que era mais compreensível alterar o termo para “aguardando autorização”. Próximo ponto foi em relação à verba destinada ao Pastel de Angu, Joice explicou que o recurso anteriormente seria destinado para a regularização das cozinhas das mantenedoras, para que elas pudessem se adequar as exigências da vigilância sanitária. Com a ideia do Vagão do Pastel de Angu, solucionou-se este problema, criando uma cozinha equipada e aprovada pela vigilância sanitária para que as mantenedoras pudessem escoar sua produção. Portanto o recurso ali seria para equipar o Vagão do Pastel de Angu, onde a Vale irá entregar a “casca” do vagão e a Prefeitura irá equipar dentro das normas da Vigilância Sanitária. Outro item seria a modernização dos equipamentos da biblioteca e que este item seria trocado por “em andamento”, já que esta adequação está incluída na reforma da Praça da Estação. O item 9 da planilha versou sobre a acessibilidade na Praça da Estação e Joice propôs que este item se juntasse ao item que fala sobre a reforma da Praça da estação, já que nesta será contemplada a acessibilidade. O item 10 tratou sobre investimento em Educação Patrimonial, como palestras, cursos e afins e que manteve no plano todo ano, mesmo a maioria das atividades sendo realizadas pela própria equipe da Divisão de Memória e Patrimônio. O valor do ano passado foi de R\$13.000,00 que foi último valor orçado, porém como os preços todos subiram sugeria um aumento, chegando pelo menos a R\$20.000,00 (vinte mil reais). Próximo item sobre Núcleo Urbano e Histórico de Acuruí referiu-se a uma necessidade de fazer ações de conservação do



núcleo, uma demanda que vem do Ministério Público, que também inclui as questões das varandas e dos passeios, onde demanda que façamos um projeto urbano para o local, prevendo mobiliário e questões de acessibilidade. Junia indagou se isso não caberia a Secretaria Municipal de Urbanismo e Joice respondeu que seria uma ação em conjunto, por ser local público e um núcleo tombado. O próximo assunto foi sobre a Merceria Paraopeba, que o primeiro item era sobre a restauração do antigo livro caixa, sendo planejado investimento de R\$20.000,00 (vinte mil reais). Joice manifestou que acreditava que este valor atualmente podia aumentar pois o orçamento foi feito na época da constatação, mas por ser um serviço muito específico, seria necessário um novo orçamento com profissional qualificado. Felipe Nolasco concordou que o valor é baixo. Geraldo Torres, secretário de obras, manifestou que era muito interessante isso e indagou se o livro ficaria em posse do município e se o município poderia investir em um bem particular. Alessandra Baeta manifestou que o bem registrado como bem imaterial entraria como ação de salvaguarda. Joice complementou que isso iria de encontro a uma ação que já iniciaram sobre a atualização da legislação de proteção do patrimônio, que criava muitos gargalos nesse sentido de investimentos, e que estão estudando caminhos para inserção desse tópico de repasse de recursos a particulares. Joice complementou explicando para quem não conhece a dinâmica do plano de aplicação, é um plano em que são inseridos todos os itens e valores que o conselho e secretaria entendem como positivo para investimento, com as devidas justificativas, mas não é um plano obrigatório de ser executável naquele ano, visto o valor total na casa de três a quatro milhões que é um valor que o fundo não possui, mas são ações que ficam previstas para quando os recursos e as urgências aparecerem. Joice prosseguiu com a explicação do plano, o próximo item também relacionado a Merceria Paraopeba, consiste em realizar o alargamento do calçamento em frente a Merceria, que inclusive é umas das diretrizes que compõem o plano de salvaguarda do bem. Para preservar o modo de venda que a Merceria pratica desde seu surgimento, que são os itens pendurados e expostos por toda fachada e interior do imóvel, mas é algo que o Código de Posturas não permite ocupar a via ou criar obstáculos para o pedestre. Joice finalizou dizendo que esta ação seria algo que iria beneficiar não só a Merceria, mas as condições de acessibilidade da área, pois hoje os passeios são estreitos e com muitos obstáculos. Geraldo manifestou que terá um projeto de reforma da Praça São Sebastião, e que o ideal seria que diminuísse um pouco na praça e ganhasse na calçada da Merceria. Joice manifestou que a Praça da Estação hoje já é recuada, pois existe a área de estacionamento e retirando aquelas vagas conseguiria desenhar este alargamento. Geraldo manifestou que existe o espaço de carga e descarga neste estacionamento fato que compromete. Joice sugeriu realocar para lateral da Igreja em que a distância seria a mesma. Geraldo manifestou que não conhecia esta intenção, mas que seria uma ótima ideia, pois passeios naquela região são realmente ruins. Joice manifestou que nesta área, pensando como urbanista, o ideal seria a interligação da Praça da Estação, pensando em um calçadão



saindo da Praça da Estação que também é um bem tombado, passando por outro bem registrado, a Merceria Paraopeba e chegando a Praça do Centenário, onde na ponte já faria uma conexão para dentro da praça. Pois criando esta faixa seria possível guiar as pessoas e não cria um dente em um local específico, cria algo contínuo e intuitivo. Geraldo complementou que no alargamento da ponte poderia fazer um alargamento externo a ela e Joice concordou, complementando que com este alargamento para dentro do rio, culminaria também potencializar as margens do Rio com uma área comercial. Continuou citando exemplo, que a poucos meses tinha visitado Porto Alegre e que lá fizeram a revitalização do porto, com vários restaurantes, usaram containeres, lojas e afins, em que as pessoas ficavam na beira do rio, mesmo não sendo águas claras, e que então aqui tem todo potencial para explorar estas ideias, a orla, como benefício para a cidade. Junia pediu a palavra e manifestou que os valores de subvenção das corporações musicais passaram para R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) e Associação Cultural Os Canarinhos para R\$53.000,00 (Cinquenta e três mil reais), não foi valor fixo de aumento a todas as entidades, mas que aumentaram e que levaram em consideração também as entregas que as entidades realizam. Joice retomou a palavra e continuou a explicação do plano agora sobre o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Rua do Matozinhos, que consistia em realizar adequações para implantação de acessibilidades no conjunto, melhorando dentro do possível a transição do pedestre na rua. Geraldo indagou se isto estaria sendo proposto para orçamento do próximo ano. Joice explicou que não, que estavam analisando o plano que foi construído no ano anterior para que pudessem avaliar e manter, modificar ou incrementar o plano deste ano. Continuou explicando que não significava que seriam todos executados, mas seria um planejamento que realizavam. Geraldo manifestou que este era um item interessante e que a Secretaria Municipal de obras estava com uma empresa contratada para fazer passeios, que se fosse à aplicação de concreto grosso eles tinham condições de fazer, podendo atender de imediato. O próximo item foi sobre o Dossiê de Tombamento do Complexo Arqueológico de Aredes, a intenção seria revalidar o dossiê que foi produzido na época, se esta ainda fosse intenção, visto os questionamentos do Ministério Público a este respeito. Joice explicou para quem não participou na época desse processo, que iniciou o processo de tombamento, sendo produzido o Dossiê, porém não foi aprovado pelo conselho, pois tiveram alguns conflitos em relação ao tamanho do perímetro de entorno. Joice manifestou que acreditava não ficar neste valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), pois apesar de ser revalidação de um material existente, exigem profissionais específicos como arqueólogos. O próximo item foi sobre a edificação das Portarias de Aredes, que foi um item aprovado pelo conselho, foi contratado a empresa e quando a empresa iria iniciar o trabalho a área foi desafetada por lei, o que impediu que pudessemos dar continuidade nas obras, cancelando o contrato. Mais tarde a área voltou a pertencer à Estação Ecológica de Aredes e indagou aos conselheiros o que gostariam de fazer, manter ou retirar do plano. E todos



manifestaram por manter. Joice explicou sobre o item da revisão de legislação, que a equipe já havia feito reunião com Professor da UFOP, Carlos Magno, que participou das últimas reuniões do conselho, ele é professor do Direito do Patrimônio, presidente da NEPAC, e foi colocado para ele todas as considerações necessárias para revisão da legislação e ele retornou com uma proposta de trabalho. Junia manifestou que referente a este assunto há um problema pois havia conversado com a Secretaria de Planejamento e existia uma empresa de consultoria jurídica contratada pela prefeitura. Junia manifestou que entende que as questões de patrimônio são muito específicas e mesmo uma empresa muito conceituada não tenha capacidade técnica para resolver o problema. Assim iriam chamá-los para ouvir se eles tinham esse Know How e, não tendo, teriam que encontrar outro caminho jurídico para contratação, mas que isso iria caminhar de uma maneira ou de outra. Joice manifestou que o importante seria observar se eles possuem um profissional voltado para esta área para que não façam mais do mesmo. Felipe Nolasco indagou se o trabalho do Carlos Magno não poderia ser por termo de parceria ou colaboração da universidade. Joice respondeu que inicialmente quando conversaram imaginaram isso, através do NEPAC, mas até o momento não havia sido apresentado dessa forma. Findada a leitura do plano de aplicação do FUMPAC 2021, Joice antes de iniciar a leitura do plano de aplicação do FUMPAC 2022, fez proposições de itens que poderiam ser inseridos. O primeiro item seria revalidação e elaboração de dossiês, explicou que como justificativa tinham alguns dos nossos Dossiês de tombamentos, como do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Rua do Matozinhos, que não foi aceito na época pela IEPHA, para além dos novos bens a serem tombados ou registrados teria ampliação do acervo protegido. Sendo a proposição aprovada por todos. O segundo item foi sobre contratação de serviços emergenciais para manutenção e conservação do imóvel denominado Casa de Benjamim Francisco Passos, que já algum tempo vinha solicitando esta manutenção, assim como a Associação Cultural Os Canarinhos de Itabirito, também já solicitou em outros tempos, e acreditando no andamento e concretização da revisão da legislação do patrimônio onde conseguirão efetivar o repasse dos recursos a particulares. Paulo indagou como poderia fazer para reformar o passo da Rua do Matozinhos perto ao seu imóvel, que estava em estado ruim de conservação. Joice explicou que na época em que ele já havia manifestado esta intenção, que ele deveria comunicar com Pároco para liberar as intervenções. Paulo manifestou que o pároco sinalizou favorável e que estava de todo ruim, mas que o telhado que estava mais comprometido. Joice perguntou se ele estaria realizando ações de manutenção e conservação, que trocava as peças danificadas e manteria as características iguais. Paulo explicou que iria avaliar as peças se elas estivessem somente corroídas que ele faria o tratamento das peças, o que precisaria trocar seria substituído e faria o forro que hoje não existe. Joice então orientou que fizesse protocolo descrevendo as ações que iria fazer, da mesma forma que já foi feito para o Pároco em outras ocasiões. Joice então abriu para que os demais pudessem se



manifestar e contribuir para proposição de novos itens ou modificação, pois a ideia seria a construção coletiva. Filipe Noslaco perguntou se havia algum investimento destinado para painéis, mobiliário que existem nas Ruas do Rosário e Sete de Setembro além de ampliação para Rua do Matozinhos, pois seria um projeto interessante. Joice respondeu que achava que isto deveria ser um item específico para isso, como manutenção e ampliação dos painéis, placas e sinalização de modo geral. E foi aprovado por todos as novas proposições. Após Joice passou para leitura do Plano de Aplicação do FUMPAC de 2022. A primeira parte correspondeu aos bens imateriais registrados: **Corporação Musical Santa Cecília** - Medida que visa cumprir o Plano de Salvaguarda das Corporações Musicais conforme enviado ao IEPHA- MG. – R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). **Corporação Musical União Itabiricense** – Medida que visa cumprir o Plano de Salvaguarda das Corporações Musicais conforme enviado ao IEPHA- MG – R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). **Associação Cultural os Canarinhos de Itabirito** – Medida que visa cumprir o Plano de Salvaguarda das Corporações Musicais conforme enviado ao IEPHA- MG – R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais). **Modo de Fazer o Pastel de Angu** – Cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Salvaguarda enviado ao IEPHA- MG para o “Modo de Fazer o Pastel de Angu”, registrado como Bem Imaterial do Município de Itabirito – R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). **Festa de Nossa Senhora da Conceição de Acuruí** – Cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Salvaguarda enviado ao IEPHA- MG para a “Festa de Nossa Senhora da Conceição de Acuruí”, registrado como Bem Imaterial do Município de Itabirito – R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). **Confederação Católica dos Trabalhadores de Itabirito – Aguardando Autorização** - A medida se faz necessária para a restauração deste imóvel tombado, onde foram encontradas necessidades de troca de forros, manutenção de telhado e piso, revestimentos, louças e metais, esquadrias e pinturas. Algumas ações não foram contempladas na primeira reforma R\$ 201.589,36 (duzentos e hum mil, quinhentos e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos). **Modo de Fazer o Pastel de Angu** – Compra de materiais utilitários para estruturação e funcionamento da Casa do Pastel de Angu, no conjunto arquitetônico e paisagístico da Estação Ferroviária- R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Área da Estação Ferroviária** – Modernização dos móveis da biblioteca e pintura interna do imóvel – R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Área da Estação Ferroviária** – Adaptabilidade do espaço, através da acessibilidade. Reparo e pinturas dos imóveis- R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). **Educação Patrimonial** – Cursos, palestras, eventos, material de apoio – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). **Núcleo Histórico Urbano do Distrito de Acuruí** – Contratação de empresa especializada em paisagismo; confecção de mobiliário urbano; retirada de faixas e placas inadequadas; limpeza e conservação das vias; pinturas das fachadas das casas pertencentes ao conjunto, sinalização de áreas tombadas; adequação de passeios – R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). **Mercearia Paraopeba** – Contratação de profissional especializado



em restauração – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). **Mercearia Paraopeba** – Contratação de profissional especializado na execução de obras urbanas – R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). **Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Rua do Matozinhos** – Contratação de empresa especializada em calçamentos de pedra; mobiliário urbano; paisagismo; limpeza e conservação de vias – R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). **Dossiê de Tombamento do Complexo Arqueológico de Aredes** – Contratação de empresa especializada em produção de dossiê – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). **Complexo Arqueológico de Aredes** – Edificação da portaria de Aredes, conforme projeto/modelo enviado pelo IEF – R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais). **Antigo Museu do Ferro** – Contratação de serviços manutenção e conservação do imóvel- R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). **Complexo Arqueológico de Aredes** – Cobertura de proteção das ruínas principais – R\$50.000,00 (cinquenta mil reais). **Rua Sete de Setembro** – manutenção no calçamento de pedra – R\$ 100.000,00 (cem mil reais). **Legislação e Patrimônio** – Revisão Específica da Legislação de Patrimônio Histórico e Cultural de Itabirito, incluindo elaboração de instruções normativas previstas na Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Itabirito- R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). **Procedimentos** – Formulação procedimentos normativos da Divisão de Memória e Patrimônio referentes a Patrimônio Cultural de Itabirito- R\$ 100.000,00 (cem mil reais). **Muro de Pedra**- Contratação de empresa com mão de obra especializada em técnicas antigas em muro de pedra R\$500.000,00 (quinhentos mil reais). **Elaboração dos Dossiês de Tombamento**, com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para contratação de empresa especializada na produção de dossiês. Revalidação / reelaboração do dossiê de tombamento da Rua Matozinhos, Complexo Arqueológico de Aredes, Cine Teatro Pax, Acervo de Imagens de São Gonçalo do Bação, Imagem de São Vicente e o Pobre, Acervos de Imagens de Bonsucesso. Elaboração de dossiês, como, por exemplo, do Viaduto das Almas, Casa da entrada do São José, Bloco Zé Pereira, Fazenda Acuruí, Casa José Vitor, Teatro de São Gonçalo do Bação, entre outros. A medida se faz necessária, pois possuímos tombamento municipal, mas não foi aprovado pelo IEPHA/MG e os novos tombamentos darão continuidade às medidas de ampliação do acervo histórico cultural do município. Outros itens inseridos foi à **Casa de Benjamim Francisco Passos**, contratação de serviços para a elaboração de projetos emergenciais de restauração. **Casa de Benjamim Francisco Passos**, contratação de serviços emergenciais para manutenção e conservação do imóvel R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). O plano foi colocado em votação por 5 (cinco) votos favoráveis e nenhum contrário. Prosseguindo a Presidente pediu a palavra e sugeriu que tendo em vista a presença do Secretário Municipal de Obras e Serviços, o e conselheiro Célio, que falou que estava a caminho, ainda não havia chegado e após inúmeras tentativas de entrar em contato com o mesmo, porém sem êxito, sendo assim, que a palavra fosse passada ao Secretário Municipal de Obras e Serviços para passar as informações e tirar dúvidas quanto ao projeto da avenida. Joice iniciou o assunto com a leitura do relatório escrito pelo conselheiro solicitante do pedido de



vistas, Sr. Célio, através do ofício com o assunto: Requer informações detalhadas sobre o projeto das obras da segunda fase da Avenida José Farid Rhame e reitera o pedido constante da data de 10 de outubro de 2021, protocolado em 15 de outubro de 2021. Após a leitura do ofício, a presidente reiterou que o anexo que o conselheiro cita refere-se à recomendação do Ministério Público e justamente o que todos ali tem consciência plena de não retirada dos trilhos no trecho do Complexo da Estação, e eles estão todos lá e Geraldo terá oportunidade de explicar o projeto mais detalhadamente, conforme conselheiro Célio solicitou, portanto era importante ressaltar que para além daquele espaço do complexo não existia mais trilho algum. Assim se de fato o projeto do estado de Minas Gerais caminhasse, seria necessário instalar trilhos novos. Finalizou dizendo que está trazendo esse tema como informações complementares para análise dos conselheiros. Foi dada a palavra para o Secretário de Obras e Urbanismo, que explicou que trouxe todo o projeto em CD e impresso pois a solicitação foi de ter conhecimento do projeto. Explicou que tratar-se de um projeto complexo e que a área em questão da Praça da Estação, ela é pequena em relação à amplitude do projeto, e na Praça da Estação não terá obra de drenagem pois já existe este mecanismo, obras de contenções também não serão realizadas neste ponto, e que será realizado seria a remoção do pavimento existente e o rebaixamento da base do pavimento, execução do reforço e assentamento dos paralelepípedos preservando os trilhos existentes aparentes e nivelados com os paralelepípedos. Junia perguntou aos conselheiros presentes se havia alguma dúvida e se gostariam de avaliar os projetos. Geraldo manifestou que os projetos são para o conselho para que possam consultar não só naquele momento. Joice ressaltou que o que foi pedido pelo conselheiro Célio que consta no protocolo, conforme descrito: “Na Reunião Ordinária do Conselho Consultivo e Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural de Itabirito (CONPATRI) ao ser representando pelo projeto ultra citado, solicitamos VISTAS seguido do pedido de não prosseguimento da análise em razão da observada obscuridade no projeto representado por 13 folhas xerocadas, o que não nos permite análise detalhada em se tratando de projeto de uma obra significativa. Para melhor elucidação e clareza das dúvidas e obscuridades observadas passo a aduzilas”. E perguntou referente ao projeto anterior ao apresentado e o Secretário Geraldo informou que os questionamentos já haviam sido sanados. Quanto ao questionamento referente à malha ferroviária, Geraldo informou que consultou o Dr. Alexandre do Jurídico Contencioso, e o mesmo informou que a “malha” não é do estado e sim do Governo Federal, não tendo o estado autonomia sobre este assunto, e segundo item não tem possibilidade de voltar com um trem para dentro da cidade por ser inviável, primeiro, porque a malha ferroviária antiga foi retirada há tempos atrás desde Engenheiro Correia até algumas partes de Itabirito, e o gabarito da malha ferroviária está despadronizado, e para fazer teria que alterar toda a estrutura. Junia ressaltou que conforme havia dito no início da reunião, que ela participou de uma reunião virtual, há aproximadamente um ano, pois ainda estava na pandemia, com deputado



João Leite, uma reunião da assembléia sobre este assunto e realmente há uma proposição para se falar do tema de recuperação da malha ferroviária no Brasil. Mas isso é uma coisa que está num plano bastante abstrato, isso exigiria além de investimento altíssimo, seria necessário um estudo de viabilidade econômica e se isso seria interessante turisticamente e para transporte de cargas. É algo que está no ar e que pode demorar décadas para acontecer, se acontecer. Estava trazendo estas informações para entenderem que não é um projeto já concretizado e que está acontecendo e sim algo que ainda está no campo das ideias e estudos de viabilidade, que estão convidando os municípios que tem malha ferroviária para reuniões. A Conselheira Alessandra ressaltou que todo o embasamento do Conselheiro Célio está na reativação da malha ferroviária, e como se trata de uma situação a longo prazo e que não possui nenhuma data concisa, não justificaria aguardar para votar, o ideal seria que fosse votado tendo em vista todo o material que já havia sido apresentado e a necessidade da implantação da segunda etapa da avenida e as obras previstas para o bem. O Conselheiro Paulo sugeriu que fosse repassado ao conselheiro e relator toda a documentação trazida pelo Secretário de Obras, para que o mesmo pudesse estudar e se pronunciar. A Conselheira Maria Eduarda, representante da Secretaria de Meio Ambiente, perguntou quanto aos casos omissos no regimento se o plenário não pode decidir. A Presidente salientou a ausência do conselheiro e relator do caso, mas que o mesmo encaminhou o relatório e o Secretário Municipal de Obras e Serviços está presente para esclarecer as dúvidas, trouxe os projetos. A Secretária Joice pediu a palavra para esclarecer uma dúvida quanto ao projeto de pavimentação, do trecho próximo ao espetinho, pois em última reunião haviam votado para inserção do pavimento igual a Praça Dr. Guilherme e avenida no trecho da praça e no desenho do projeto não estava aparecendo. O Secretário explicou que pedir alteração projetual seria necessário realizar um aditivo para revisar o projeto e traria um gasto que não seria necessário uma vez que a empresa contratada está ciente que o calçamento é uma condicionante para a autorização da obra e que alterar diretamente no projeto seria mais complicado, mas será feito de acordo com a definição que foi condicionada pelo conselho. A Presidente perguntou como iriam proceder, pois o conselheiro não estava atendendo ao telefone e não havia dado nenhum retorno após se estaria vindo para a reunião. Joice informou que teríamos duas opções, votar e depois o conselheiro poderia justificar ou aguardar o conselheiro. A Presidente salientou que já havia passado uma hora e vinte do início da reunião e o conselheiro não tinha chegado e nem mesmo justificado a ausência. Daniele, Fiscal de Posturas, frisou que o conselheiro pede no relatório que queria ver as plantas detalhadas e não conseguiria avaliar ali assim, e que provavelmente o mesmo iria pedir para levar as plantas para análise com mais calma, de forma mais detalhada. Sugeriu que poderia fazer como o conselheiro Paulo mencionou de deixar o conselheiro levar a documentação e fazer votação na próxima reunião. A presidente citou o Art. 76 do regimento do conselho ao qual está descrito: “Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos pelo



Presidente e Membros do Conpatri em plenário”. O Secretário de Obras salientou que o município tem a concessão de vinte anos do governo federal e não é o caso de revogar. Joice explanou que a justificativa seria que o município detém a concessão de vinte anos do governo federal e que durante os vinte anos se caso acontecesse a retomada da ferrovia, o município poderia aderir ou não. Junia também frisou que as obras da avenida não irão retirar os trilhos, serão mantidos como solicitado e se houver uma possibilidade de voltar com a ferrovia teria que ser feito tudo. A Presidente perguntou quantos conselheiros concordavam que a votação fosse realizada naquele dia e os cinco conselheiros presentes deliberaram pela votação. O Secretário Municipal de Obras e Serviços solicitou que constasse em ata que a secretaria está disponível a atender o conselheiro que pediu vistas e todos que quiserem para esclarecer qualquer dúvida que por ventura surgir diante ao projeto. Prosseguindo a Presidente realizou a segunda votação referente à realização da avenida conforme projeto apresentado, foi colocada em votação por 5 (cinco) votos favoráveis e nenhum contrário. Dando andamento a reunião, foi apresentada a denúncia na ouvidoria do IPHAN referente às obras emergenciais na Igreja Nossa Senhora do Rosário. Joice explicou que o Padre Miguel Ângelo Fiorillo estava executando as obras e houve uma denúncia na ouvidoria do IPHAN, citando o uso de vigas de concreto, utilização de argamassa de cimento, recomposição das paredes com blocos de concreto, e como forma do IPHAN agilizar o processo e confirmar se de fato estava acontecendo os fatos denunciados, ligaram para a secretaria e solicitaram que a Fiscal de Posturas fosse até o local, e fotografasse para registrar se a denúncia teria embasamento. A Fiscal de Postura foi até o local e constatou o que tinha sido denunciado. O IPHAN embargou a obra e solicitou que fosse escorado o forro, que colocasse lona, o que não foi feito e passados sete dias desabou o forro da igreja mais uma parte do altar. Joice explicou que o Padre entende que a fiscal de posturas estava fazendo ato de “perseguição” em relação às ações dele, mesmo tendo a Prefeitura divulgado uma nota informando que o embargo foi uma solicitação do IPHAN. Em reunião anterior, o Conselheiro José Antônio sugeriu que o assunto fosse colocado em pauta e também fosse emitida uma carta em apoio a Fiscal de Posturas, explicando que a mesma foi solicitada pelo IPHAN a tirar as fotos, e que está apenas exercendo sua função. Joice manifestou que a carta pode ser discutida e redigida no grupo, que não precisaria ser feita naquele momento da reunião, a menos que todos os conselheiros quisessem, mas que gostaria de passar pelo crivo do Conselho para aprovação o envio da carta. Foi colocada em votação por 5 (cinco) votos favoráveis e nenhum contrário. Felipe Nolasco indagou a Joice sobre o que teria de fato desabado na Igreja. Joice respondeu que foi o forro e um pedaço do altar. Daniele explicou que veio uma técnica do IPHAN para apurar e avaliar esta parte dos danos, que com a queda alguns elementos artísticos foram danificados, tendo quebrado em micro pedaços assim sem recuperação, segundo laudo emitido. Junia indagou se Daniele teria este laudo e ela respondeu que este laudo, assim como todo processo, está



disponível para acesso e consulta no site do IPHAN, no portal de transferência e é uma documentação pública. Joice explicou que foi acessando a essa documentação pública no site do IPHAN que conseguimos acompanhar o que foi constatado na obra e com ações para além da denúncia que estavam em desacordo com as normativas de conservação de patrimônio, como a inserção de peças metálicas na estrutura do telhado. Junia indagou se havia sido o IPHAN quem levantou esses pontos e Joice respondeu que sim, isso tudo são constatações levantadas pelos técnicos do IPHAN, que o único momento que a Fiscal de Posturas compareceu foi no pedido do IPHAN para registrar por fotografias a realidade da denúncia. O próximo assunto se referiu-se ao **protocolo 6345/2022 – Monteminas Minério Ltda** - Solicita que seja encaminhado ao Conpatri, A/C senhora Junia Guimarães Melillo, o cumprimento de condicionante nº01. Joice explicou que se refere a uma condicionante que o conselho colocou a aprovação do Projeto Água Brava, com licença de operação para Pesquisa Mineral com emprego de Guia de Utilização. Joice explicou que na época a documentação enviada pela empresa para análise do conselho apontava alguns bens que não constavam em nossa lista de bens protegidos e como eles já haviam apontado entendemos que seria importante que a empresa apresentasse esse levantamento, assim a condicionante ficou como entrega desse levantamento. Joice realizou leitura do documento enviado, explicando que a condicionante trata da proposta de estudo e levantamento fotográfico de bens listados na condicionante com a descrição, breve entrevista com a comunidade, logo após Joice realizou na íntegra a leitura da condicionante onde constam os bens, e os documentos que a empresa enviou. Joice explicou que lendo a documentação entregue, a condicionante foi cumprida, talvez não da forma que gostariam, mas acredita que relendo a solicitação feita através do parecer que a redação poderia ter ficado mais detalhada de forma que pudessem atender as expectativas. Porém as informações levantadas já auxiliariam em estudos futuros para inventários e/ou possíveis tombamentos. Joice perguntou se estavam de acordo com o que foi enviado e os conselheiros votaram favoráveis. Felipe Nolasco manifestou que este é um ponto interessante para constar na revisão da legislação, em criar padrões de como realizar as condicionantes. Joice manifestou que é super importante e que o conselho deveria explorar mais este recurso. Manifestou que o conselho poderia criar um banco de dados de condicionantes, e quando os requerimentos fossem deliberados apontariam quais seriam interessantes. Maria Eduarda manifestou que o estado está agindo dessa mesma maneira com banco de dados de condicionantes na área ambiental. Dando andamento o próximo assunto deliberado foi o **10910/2022 – Vilma Ferreira Cunha** - Defesa de notificação e apresentação de projeto de obra irregular. A Fiscal de Posturas explicou que estava em uma fiscalização de rotina em Acuruí e chegando lá se deparou com esta obra. Mostrou aos conselheiros a foto do local e continuou explicando que contactou a proprietária que estava em casa no momento que informou que o local seria um canil. A Fiscal explicou que por se tratar de uma área tombada, qualquer intervenção deveria ser levada ao conselho, além da



apresentação de um projeto do que seria feito. Atendendo à solicitação, a proprietária apresentou um projeto do que estava previsto anteriormente para o local, que eram quitinetes. Daniele explicou que não se trata de um projeto arquitetônico, mas um esboço do que seria feito, que ela iniciou a obra, mas estava paralisada por falta de recurso, e que para regularizar seria necessário fazer um projeto, pois o que foi apresentado pela proprietária não era suficiente para regularização. Descreveu a obra como dois pavimentos, não sendo um pé direito alto, não ultrapassando a casa existente, localizado no fundo lateral do imóvel, e que o terreno ao lado também é de sua propriedade e para aquele local teria projeto maior, não apresentado, mas seria algo com pontos comerciais e com praça, sendo algo mais interessante. Assim entendia que não deveriam aprovar algo desse tipo a não ser que entendessem ser de outra forma, como por exemplo, uma ação mais radical como a demolição, mas não via interferência grande no Núcleo tombado. Ficou deliberado que seria solicitado a proprietária a regularização de obra pronta. O próximo requerimento **10653/2022 – Miguel Ângelo Fiorillo** - Solicita que seja encaminhado ao Gabinete abaixo assinado dos moradores do Beco das Mercês, Bairro Matozinhos. Solicitação do alargamento da entrada do Beco das Mercês, afastando o poste de iluminação da CEMIG e parte do muro junto à Rua do Matozinhos. Joice realizou a leitura do documento enviado pelo Padre com data de 13 de julho de 2022. A Presidente explicou que o Conselheiro José Antônio Braga, que não estava presente em reunião por estar com rotavírus, ressaltou que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços e a Secretaria Municipal de Urbanismo são as responsáveis em verificar a solicitação, pois não cabe ao Conselho deliberar sobre alargamento de rua e também mudança de logradouro somente através de lei. Joice explicou que a solicitação foi para a Secretaria Municipal de Urbanismo que nos enviou antes de fazer o projeto para ver se a solicitação era cabível ou não, para que não elaborassem um projeto atoa caso não fosse aprovado. A presidente complementou dizendo que o conselheiro José Antônio manifestou que mudança de logradouro seria somente por lei. Joice realizou também a leitura do abaixo assinado. Após leituras e discussão sobre o assunto ficou acordado que seria enviada a Secretaria Municipal de Urbanismo a solicitação para um projeto conceitual. Prosseguindo foi deliberado o protocolo **9244/2022 – João Bosco Lima de Carvalho Souza**- Solicita isenção de IPTU do imóvel da Rua 07 de Setembro, nº 100. Joice explicou que é uma casa que não possui as características do conjunto e já passou por reformas recentemente de manutenção que foram autorizadas pelo conselho, e a solicitação de isenção de IPTU é cabível pelo imóvel estar inserido no Conjunto Arquitetônico da Rua Sete de Setembro, e é avaliada a questão de manutenção e preservação que é feita no bem e que interfere diretamente no conjunto arquitetônico. Joice ressaltou que é o mínimo que consegue ajudar para a preservação e conservação. Foi colocado em votação e aprovado por 5 (cinco) votos favoráveis e nenhum contrário. Continuando a reunião, foi deliberado o protocolo **8990/2022 – Glauco Alexander Pereira Faria** – Solicita parecer para emissão de alvará de localização e funcionamento. Joice explicou de qual imóvel referia-se a



solicitação e realizou a leitura da mesma. Deliberação e aprovação para emissão de alvará de localização e funcionamento conforme determina a Lei de Parcelamento, uso e ocupação do solo, nº3325/2019. Objeto: comércio de bar e congêneres, com entretenimento; serviços de alimentação para eventos e recepções. Joice manifestou que neste requerimento a análise é feita sobre o tipo de serviço e se irá impactar na zona especial de interesse histórico. Daniele explicou que o empreendimento já funciona e que o uso do imóvel não o danifica. Luisa manifestou que o som utilizado é ambiente. Alessandra manifestou que na última vez o impacto foi a respeito de estacionamento na rua. Daniele respondeu que ele possui estacionamento nos fundos. Joice explicou que este caso que Alessandra citou referia a um evento específico que aconteceu no local. Foi colocado em votação e aprovado por 5 (cinco) votos favoráveis e nenhum contrário. O próximo **protocolo é o 11785/2022 – Paulo Henrique de Almeida** - O requerente deixa em anexo notificação nº 015/2022 – Obra irregular. Anexo: Defesa de notificação e cópia de escritura. Daniele explicou que o imóvel é na Rua do Rosário quase em frente à Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural que o local foi utilizado para ministrar um curso de bioconstruções para a Julifest, voltado para as associações de bairros, mas que não foi apresentado que no final do curso a construção permaneceria. Então esta obra que irá ficar é um galpão e a notificação foi no sentido de pedir o projeto para esse imóvel. Logo após Joice realizou a leitura da defesa de notificação. Junia pediu a palavra e explicou que gostaria de falar em defesa da secretaria, que o requerente fala que o curso de construções era para auxiliar as construções da Julifest e não foi. O curso, bem interessante, foi apresentado dentro do gabinete em que ela estava presente, e apoiaram, pois acharam interessante desenvolver um curso que incentivava este tipo de construção, porém o requerente tentou vincular o curso a Julifest para conseguir alunos, não sendo um curso solicitado pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo. A Presidente afirmou inclusive, foi falado que não podia ter sido publicado da maneira que foi, que foi chamada a atenção pela divulgação do curso por utilizar uma marca da Julifest para promover o curso dele, e que não tinha como “obrigar” as associações a fazer o curso, por já possuírem o costume e as técnicas de montar as estruturas para o evento. Que poderia ajudar na divulgação e que eles podiam fazer o convite para as associações participarem e de fato vários participaram. O proprietário não falou que seria construído um imóvel e entrou em contato com ela em maio dizendo que a Fiscal de Posturas havia entrado em contato com ele para solicitar algumas informações sobre o curso, pois precisava informar o conselho do patrimônio. E que ele respondeu que havia enviado para ela toda a apresentação sobre o curso que era a que tinha usado para mostrar a Junia e ao Prefeito, com a ementa do curso e indagou se precisava de algo mais. Junia respondeu dizendo que teriam reunião do conselho que seria interessante ele participar para explicar o curso e tudo que seria feito. Daniele explicou que o projeto enviado por mensagem era o projeto das “casinhas” da Julifest e não o que está sendo executado, e que deveria ter também a aprovação da Secretaria de



Urbanismo. Junia acrescenta que o proprietário justifica que o imóvel não terá uso residencial ou comercial, mas que isso é indiferente para a deliberação do Conselho. Que ele precisa entender que se trata de uma obra, em uma área de interesse histórico e que precisa apresentar o projeto. Joice complementa que é um imóvel que se localiza abaixo do terreno, não tendo muita visibilidade, sem impacto visível. Após as discussões ficou definido que será solicitada a regularização de obra pronta embasada na justificativa que o curso era apenas para aplicar as técnicas e não previa a construção e em caso de não continuidade da obra, que seja apresentado o projeto de demolição. O último assunto em pauta trata-se do email da **ouvidoria da requerente Raquel Patente Araújo** – Solicitação: Favor solicitar aos Conselheiros do Conpatri, sobre a mudança de voto tão significativa sobre o destino de São Gonçalo do Bação. Joice explicou que a solicitação não está tão clara e que trouxe para a avaliação do conselho. A sugestão foi fornecer as atas referentes ao assunto Bação Logística e não foram todos os votos que foram alterados. A Conselheira Alessandra sugeriu que fosse enviada a justificativa dos votos favoráveis que já consta também em ata. A Presidente citou que acha importante informar que o voto não foi unânime e que cada conselheiro tem o direito de votar de acordo com sua percepção e autonomia. Joice citou sobre a importância de se ter **um Instagram para postar todo o material pertencente ao conselho**, disponibilizando para a população as informações como ata, regimento, leis entre outros. **Não havendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Joice Giulia Silva dos Santos, que a redigiu e lavrou, pelo Presidente que dirigiu os trabalhos, e pelos que estiveram presentes na qualidade de conselheiros e participantes da reunião. -----**

Junia Guimarães Melillo-----	
Joice Giulia Silva dos Santos -----	
Alessandra Flávia da Silva Baêta -----	
Maria Eduarda de Moraes Lana -----	
Luisa Toledo Sardinha -----	
Filipe Nolasco -----	
Paulo Rodrigues dos Santos -----	